



Prefeitura do Município de Mercedes

Estado do Paraná

LEI Nº

370/2003

DATA:

04 DE DEZEMBRO DE 2003.

SÚMULA:

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2004, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PUBLICADO

Data: 10 / 12 / 2003

Orgão: Jornal do Oeste

Página: Pg - 10

A Câmara de Vereadores do Município de Mercedes, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono o seguinte

LEI

Artigo 1º - O Orçamento Programa Geral da Prefeitura do Município de Mercedes, para o exercício financeiro de **2004**, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, composto pelas Receitas e Despesas dos órgãos da administração direta, estima a Receita em **R\$-8.534.152,00 (oito milhões quinhentos e trinta e quatro mil cento e cinquenta e dois reais)**, e fixa a Despesa em igual valor.

Artigo 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes do anexo I, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS DO TESOUREO:

1.1 - RECEITAS CORRENTES..... 8.014.152,00

- Receita Tributária	274.300,00
- Receita Patrimonial	94.000,00
- Receita de Serviços	61.300,00
- Transferências Correntes	4.885.752,00
- Outras Receitas Correntes	3.295.800,00
- Dedução Receitas Correntes	-597.000,00

1.2 - RECEITAS DE CAPITAL..... 520.000,00

- Alienação de Bens	15.000,00
- Amortização de Empréstimos	15.000,00
- Transferências de Capital	490.000,00



Prefeitura do Município de Mercedes

Estado do Paraná

Lei n.º 370/2003 – Fls. II

TOTAL DA RECEITA..... 8.534.152,00

Artigo 3º - A despesa será realizada segundo as discriminações constantes do Anexo II, que apresenta a sua composição de acordo com o seguinte desdobramento:

I – PODER LEGISLATIVO 296.000,00

0100 – Câmara Municipal 296.000,00

II – PODER EXECUTIVO 8.238.152,00

0200 – Gabinete do Prefeito 300.200,00

0300 – Secretaria Mun. De Administração e Finança 778.500,00

0400 – Secretaria Mun. De Educação e Cultura 1.275.000,00

0500 – Secretaria Municipal de Saúde 1.297.000,00

0600 – Secretaria Municipal de Agricultura 709.652,00

0700 – Sec. Mun. De Viação Obras e Serviços Públicos 2.614.800,00

0800 – Sec. Mun. De Esportes, Turismo e Lazer 524.000,00

0900 – Secretaria Municipal de Bem Estar Social 504.000,00

1200 – Encargos Gerais do Município 220.000,00

9999 – Reserva de Contingência 15.000,00

TOTAL..... 8.534.152,00

Artigo 4º - Os Órgãos da Administração Indireta, terão Orçamento próprio elaborado e aprovado na forma da legislação vigente.

Artigo 5º - Os valores constantes do Orçamento Gerais do Município estabelecidos a preços de julho de 2003, poderão ser corrigidos antes do início da execução orçamentária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor **INPC-IBGE**, ou outro, no caso de sua indisponibilidade no período compreendido entre agosto e dezembro de 2003, dando ciência prévia à Câmara Municipal.

Artigo 6º - Fica o Poder Executivo autorizado, na forma do artigo 7º da Lei 4.320, de 17 de março de 1.964, a:



Prefeitura do Município de Mercedes

Estado do Paraná

Lei n.º 370/2003 – Fls. III

I – Abrir Créditos Suplementares ao Orçamento Geral do Município até o limite de **5,0 % (cinco por cento)** do total da despesa fixada para o exercício financeiro de 2004, servindo como recursos os constantes do Artigo 43 da Lei Federal acima referida, e criando se necessário, elemento de despesa dentro de cada Projeto ou Atividade;

II – Realizar operações de crédito, por antecipação da receita orçamentária, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do total da receita prevista, podendo para isso vincular e caucionar valores provenientes das cotas do Município no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e/ou Fundo de Participação dos Municípios (FPM);

III – Realizar operações de crédito, dentro das normas e determinações estabelecidas pelas Instituições Financeiras Nacionais, observados os limites de capacidade de endividamento do Município, de acordo com as normas baixadas pelo Banco Central do Brasil;

IV – Proceder trimestralmente se necessário, a correção dos valores do Orçamento Geral do Município, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor **INPC-IBGE**, ou de outro, no caso de sua indisponibilidade, acumulado no trimestre, dando ciência prévia à Câmara Municipal;

V – Movimentar dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias (Art. 66 da Lei Federal nº 4.320/64) e a redistribuir parcelas das dotações de pessoal, pelos respectivos Órgãos Centrais da Administração;

VI – Tomar medidas necessárias para ajustar a programação da despesa em níveis compatíveis à realização efetiva da receita, a fim de manter a execução desta Lei dentro do equilíbrio financeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO – Excluem-se do limite fixado no Inciso I, deste Artigo, os Créditos Adicionais Suplementares que não alterem o valor da dotação atribuída a cada Projeto ou Atividade, e os que decorrerem de Leis Municipais Específicas aprovadas no exercício.



Prefeitura do Município de Mercedes

Estado do Paraná

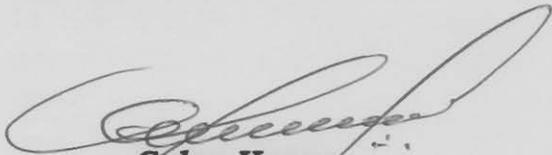
Lei n.º 370/2003 – Fls. IV

Artigo 7º - As Despesas com Pessoal, Material de Consumo, Serviços de Terceiros e Encargos, necessários à realização de obras, quando executadas pela administração direta poderão ocorrer do elemento **449051.00 – Obras e Instalações**.

Artigo 8º - O Poder Executivo aprovará, por Decreto, o Orçamento analítico da Administração em conformidade com as necessidades administrativas, para a execução dos planos do governo e especificadas de acordo com os Adendos desta Lei.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mercedes, Estado do Paraná, em 04 de Dezembro de 2003.


Celso Hamm
SEC. MUN. ADM. E FINANÇAS


Lúcio José Schneider
PREFEITO MUNICIPAL